



Congresso e governo se unem contra a violência doméstica



Janete de Araújo/Agência Senado

Em sessão histórica, solenidade pelos sete anos da Lei Maria da Penha reúne no Plenário do Senado principais autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo em torno de um só objetivo: a valorização da mulher e o combate à violência doméstica. Lado a lado, os presidentes do Congresso, Renan Calheiros, e da República, Dilma Rousseff, anunciaram, respectivamente, a votação dos projetos da CPI mista da Violência contra a Mulher e a adoção, pelo governo, das propostas do relatório final. **6 e 7**

Dilma rejeita comparação de embaixada a DOI-Codi

A presidente Dilma Rousseff rejeitou ontem a comparação do diplomata brasileiro Eduardo Saboia de que a situação de Róger Molina na embaixada em La Paz se assemelhava ao DOI-Codi. “É tão distante como é distante o céu do inferno”, disse. **8**

Em defesa do Mais Médicos, Padilha ataca hostilidades

Ministro da Saúde visitou o Senado para pedir apoio à MP do Programa Mais Médicos, que será tema de três debates. Padilha repudiou ações hostis praticadas por médicos brasileiros contra colegas estrangeiros recém-chegados ao país, especialmente cubanos. **9**

Presidente do BNDES nega perdas com crise do EBX

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, Luciano Coutinho disse acreditar que a reestruturação do grupo empresarial de Eike Batista permitirá o pagamento da dívida junto ao banco, que chega a R\$ 10,4 bilhões. **3**

Produtor pode ter mais prazo para empréstimo

O Plenário aprovou novas regras para o Banco da Terra. O pequeno produtor que herdar parte de propriedade rural poderá usar recursos do banco para comprar áreas dos demais herdeiros. Também foi ampliado o prazo de amortização dos financiamentos. **4**

Vai para a Câmara projeto sobre desaparecidos

De acordo com a proposta aprovada ontem no Senado, o desaparecimento forçado de pessoa passará a ser um crime específico. Quem cometê-lo poderá ser condenado a até 40 anos de prisão. No estado do Rio, 6 mil pessoas desapareceram em 2012. **11**

Senado regulamenta a profissão de restaurador **10**

MP que incentiva etanol e regula comércio on-line na pauta de hoje **5**

Diretrizes para Orçamento 2014 começam a ser votadas na terça **2**

Projeto cria Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe **4**

Debatedores defendem exploração do gás do xisto **12**

Texto deve ser votado pelo Congresso até 17 de setembro; proposta de LOA será entregue amanhã

Comissão começa a votar projeto da LDO no dia 3

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) começa a votar o relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (LDO — PLN 2/2013) na próxima terça-feira. A decisão foi tomada pelo colegiado ontem. Segundo o relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), a comissão tem até 17 de setembro para concluir a votação. Essa é a data prevista para a votação do texto pelo Plenário do Congresso, já que a pauta está travada por dois vetos presidenciais.

O relatório final ao projeto de lei foi apresentado ao colegiado no último dia 22 de agosto. Das 4.085 emendas apresentadas ao texto, o relator aceitou 2.050 (273 com aprovação completa e 1.777 com aprovação parcial). Outras 2.029 emendas foram rejeitadas e 6 não foram admitidas. Agora, os integrantes da comissão podem apresentar destaques ao relatório. Até ontem, já haviam sido apresentados 471 destaques.

O presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), pediu aos integrantes do colegiado que apresentem destaques até amanhã. O prazo, segundo ele, é necessário para que o relator estude os dispositivos durante o fim de semana. De acordo com o Regimento do Congresso, no entanto, os deputados podem apresentar destaques ao relatório até o final da discussão no colegiado.

O governo deverá

encaminhar ao Congresso o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (LOA) amanhã. Segundo Forte, a aprovação da LDO até setembro é necessária para orientar o debate sobre a LOA, que costuma ser aprovada até o final do ano anterior à vigência.

— A gente quer uma LOA em consonância com a LDO, senão a LDO fica sem efeito — explicou.

Eixos temáticos

Os integrantes da CMO também decidiram dividir os destaques apresentados em cinco eixos temáticos: metas fiscais do governo; ações prioritárias; execução provisória do Orçamento em caso de não aprovação da LOA até o final do ano; orçamento impositivo, que obriga a execução das emendas parlamentares até o limite de 1% da receita corrente líquida realizada no ano anterior; e atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso nos

casos de obras com indícios de irregularidades. A ideia é que os deputados discutam e votem em conjunto os destaques sobre cada eixo.

O líder do DEM na comissão, deputado Claudio Cajado (BA), adiantou que pretende questionar a regra prevista no relatório de que o governo poderá dar continuidade, no início do próximo ano, a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já iniciadas mesmo sem a aprovação da LOA.

Já o líder do PSDB, deputado Domingos Sávio (MG), também deve tentar garantir a aplicação obrigatória, pelo governo federal, de pelo menos 10% do produto interno bruto (PIB) em ações de saúde. Hoje, de acordo com a Lei Complementar 141/2012, a União deve investir na área pelo menos o valor utilizado no ano anterior, acrescido da variação nominal do PIB no período.

(Da Agência Câmara)



Lobão Filho (3º à esq.) preside reunião de análise do relatório final da LDO 2014

Renan anuncia semana intensiva de votações em setembro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a realização de uma semana intensiva de votações de 16 a 20 de setembro.

A intenção, segundo o senador, é de votar matérias todos os dias da semana. Os detalhes serão discutidos hoje em reunião com os presidentes das comissões permanentes do Senado.

Renan também comunicou que amanhã, às 11h, será realizada sessão temática do Senado sobre reforma política, com a presença da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, logo após a entrega da proposta orçamentária de 2014 pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ao Congresso.

Senado vai formar grupo para debater temas do futuro do país

A instalação da Comissão Senado do Futuro vai ocorrer na quarta-feira da próxima semana, segundo informou o Portal da Presidência do Senado. De acordo com Renan Calheiros, o colegiado, criado pelo PRS 25/2013, vai “promover discussões sobre grandes temas brasileiros, sobre o futuro do país e aprimorar a atuação do Senado nessa questão”. A comissão será presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC) e terá como relator Cristovam Buarque (PDT-DF). Outros integrantes são Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ana Amélia (PP-RS), Cyro Miranda (PSDB-GO), Wilder Moraes (DEM-GO), Blairo Maggi (PR-MT), Eduardo Amorim (PSC-SE), Paulo Paim (PT-RS) e Humberto Costa (PT-PE).

Especialistas debatem papel do Legislativo sobre políticas públicas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve participar hoje do Seminário de Avaliação de Políticas Públicas no Legislativo, no Auditório do Interlegis. O encontro é promovido pelo Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União (TCU).

A palestra de abertura será feita por Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Especialistas de várias áreas vão discutir como o Poder Legislativo pode agir de maneira ainda mais eficiente na avaliação de políticas públicas para aprimorar a legislação e a fiscalização sobre o governo.

Exposição no Senado reúne arte sobre papel artesanal botânico

Casca de pinhão, folhas de samambaia, lírio-do-brejo e flores em geral. Tudo isso vira papel, e papel vira arte. Esse é o projeto O Papel das Vilas, cujos resultados podem ser vistos em exposição que vai até sexta-feira na Galeria. O projeto se baseia na riqueza vegetal de Visconde de Mauá (RJ) para produzir papel artesanal botânico.

— A ideia é usar papel reciclado não industrial, agindo localmente. Todo o material

está à disposição nos quintais das vilas de Visconde de Mauá — explica Márcia Patrocínio, diretora do Centro Cultural de Mauá, uma das responsáveis pela exposição, que, desde 2009, já esteve em mais de 20 locais, incluindo a Conferência Rio+20, em 2012.

Todos os trabalhos expostos no Senado foram feitos com papel produzido por Maurício Rosa, artista e paleiro, como gosta de ser chamado.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Incentivo ao etanol

14h A medida provisória (MP 613/2013) que dá incentivos tributários a produtores de etanol tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Posse de ministro

11h Renan Calheiros acompanha posse do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo; às 12h, recebe representante de empresas lotéricas, Roger Benac; às 15h, reúne-se com os presidentes das comissões permanentes; às 16h, preside a ordem do dia.

CI/CAE Leilões do pré-sal

7h30 A primeira rodada de leilões do pré-sal será tema de debate com a diretora da ANP em reunião conjunta das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). Após a audiência, a CI examina a indicação de Waldyr Martins Barroso para a ANP.

CCT Marco Civil da Internet

8h15 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realiza audiência pública interativa para discutir o Marco Civil da Internet.

CAS Remédio a preço de custo

9h A Comissão de Assuntos Sociais avalia permissão para venda de remédios a preço de custo a aposentados.

CDR Saldo devedor de agricultor

9h Projeto que amplia o limite do saldo devedor de agricultores do Nordeste consta da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

LEI DE ARBITRAGEM Consumidor

9h30 A comissão de juristas que estuda a Lei de Arbitragem e Mediação promove audiência pública com Juliana Pereira da Silva, titular da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

CCJ Escolha de juiz eleitoral

10h Proposta que muda forma de escolha de juízes dos tribunais eleitorais consta da pauta da comissão.

CE Residência pedagógica

10h Debate sobre proposta de residência pedagógica obrigatória para professores da educação básica.

SEMINÁRIO Lei de Anistia

10h Abertura do seminário 34 Anos da Lei de Anistia — momento de reflexão, apoiado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e pela Comissão Especial das Leis de Anistia da Câmara.

POLÍTICAS PÚBLICAS Interlegis

10h Com a presença de Renan Calheiros, será aberto o Seminário de Avaliação de Políticas Públicas no Legislativo.

CPI DA ESPIONAGEM Instalação

10h15 Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, com eleição do presidente e vice-presidente.

CMO Diretrizes orçamentárias

14h30/18h30 Análise do relatório final sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública conjunta das **Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos**; e, a partir das 10h, audiência da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pedro Franco/Agência Senado



Em debate coordenado pelo presidente CAE, Lindbergh Farias (C), e pelo vice, Sérgio Souza, Luciano Coutinho (E) explica empréstimos a empresas de Eike

Crise no Grupo EBX não prejudicou o BNDES, diz presidente do banco

Em audiência, Coutinho afirmou que reestruturação de grupo de Eike deve saldar a dívida com a instituição, que chega a R\$ 10,4 bi

O PRESIDENTE DO Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, afirmou que até o momento a instituição “nada perdeu” com empréstimos concedidos às empresas do Grupo EBX, de Eike Batista. Coutinho disse ainda acreditar que as dívidas serão solucionadas e que os empreendimentos de Eike

voltarão a ser capitalizados. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, Coutinho afirmou que as empresas do grupo financiadas com empréstimos do banco já estão até mesmo em fase de transferência do controle acionário para os atuais ou novos sócios, com compromisso de aporte de recursos. Com relação a

investimentos diretos, por meio de aquisição de ações via BNDESPar, salientou que a participação é pouco expressiva.

— Temos potencial de ganhar nas empresas mais sólidas e esses resultados poderão absorver perdas pontuais de pequena escala. E, mesmo assim, a perda é teórica e esperamos que ela não aconteça.

No caso da OGX, a empresa apontada como a fonte das dificuldades enfrentadas por Eike, Coutinho declarou que não houve apoio financeiro do BNDES. Com atuação na exploração de petróleo e gás, a OGX contou com recursos captados no mercado por meio de bônus e ações, observou o presidente do BNDES.

Coutinho falou por cerca de quatro horas aos parlamentares, atendendo a requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS). Tendo o cuidado de dizer que não falava nada mais do que o que já é “arquiconhecido” publicamente, ele comentou que a “frustração” do projeto da OGX levou ao quadro adverso enfrentado pelo grupo.

Para Coutinho, no entanto, o processo de renegociação das dívidas está avançando. Na visão dele, tudo aponta para um desfecho positivo via mercado, graças à qualidade dos ativos dos demais empreendimentos do grupo liderado por Eike.

— Confiamos que, graças à qualidade intrínseca dos ativos do grupo, o processo de reestruturação será concluído e que as dívidas serão equacionadas com a entrada de novos investidores — reforçou.

Repasses do Tesouro são questionados

O presidente do BNDES foi questionado sobre repasses à instituição que resultam de captações do Tesouro Nacional, via emissão de títulos. Para diversos senadores, esse tipo de operação prejudica as contas públicas, porque a taxa de captação no mercado é mais alta do que aquelas cobradas nos empréstimos do BNDES.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o custo da política de subvenção econômica com recursos do Tesouro envolve questão “nebulosa” em relação às contas públicas, permitindo maquiar a meta de superávit primário.

Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou que o estoque de repasses do Tesouro alcançou quase R\$ 179 bilhões e perguntou sobre a parcela convertida em crédito para estatais. Coutinho afirmou que, na condição de banco lucrativo, o BNDES paga dividendos ao Tesouro, contribuindo para a formação do superávit.

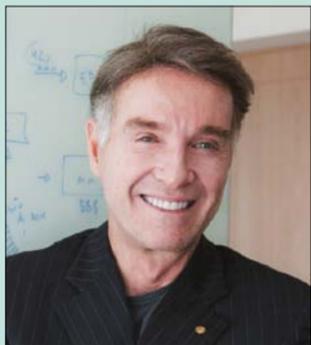
Alvaro também criticou a falta de transparência em empréstimos, citando operações feitas com os governos de Cuba e de Angola. Coutinho respondeu que os contratos com os dois países estão relacionados a importação de bens e serviços via empresas brasileiras e refutou que as operações desse tipo favoreçam a corrupção.

José Agripino (DEM-RN) lembrou projeto seu que estabelece comparecimento trimestral do presidente do BNDES ao Senado para prestar contas. Coutinho considerou “excessiva” a audiência trimestral.

A Delcídio do Amaral (PT-MT), Coutinho afirmou que o BNDES pode examinar a mudança de regras que impedem financiamento simultâneo nos empréstimos a estados e prefeituras.

Eike não teve privilégio, afirma Coutinho

Somente ao BNDES, o Grupo EBX deve montante estimado em R\$ 10,4 bilhões. Um dos objetivos da audiência foi buscar esclarecimentos sobre os empréstimos concedidos, inclusive sobre denúncias de que o empresário teria sido privilegiado pelo banco. O presidente do BNDES reiterou que as operações com empresas do grupo tramitaram normalmente, seguindo todas as instâncias de análise até chegar à esfera de decisão da diretoria. Também frisou que todas estão apoiadas em garantias reais, além de fianças bancárias e outras de emissão dos próprios controladores.



Ações de empresas de Eike sofreram forte desvalorização este ano

— Posso afirmar que estamos em posição extremamente confortável, que estamos muito bem garantidos em todas essas operações.

Coutinho esclareceu que os empréstimos ao grupo

EBX se concentravam em empresas de energia e de logística. No caso da MPX, que conduz sobretudo usinas de geração térmica, em construção ou operação, ele observou que outros bancos também financiaram a empresa, cujo controle está em via de transferência para a E.ON, a sócia alemã, que aumentará o capital.

— Esse processo já equaciona parcela significativa da dívida do grupo — observou.

Coutinho lembrou que outras empresas de Eike estão em processo de negociação. Segundo ele, a reestruturação do grupo deve permitir sanar toda a dívida com o BNDES.

Juliano Guimarães

Comissão debaterá dívidas com secretário do Tesouro

Em meio a polêmica sobre um possível risco de excesso no endividamento externo de estados e municípios, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvirá o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, na terça-feira, sobre o tema. O comparecimento foi confirmado pelo presidente da CAE, Lindbergh

Farias (PT-RJ), que anunciou também a chegada à comissão de uma série de informações requeridas ao Tesouro Nacional.

Alvaro Dias (PSDB-PR, foto) disse que, desde junho de 2012, o Senado aprovou 69 pedidos de empréstimos para estados e municípios. Ele lembrou que a alta do dólar aumenta as dívidas. “Estamos armando uma bomba-relógio”, constatou.



Senador teme situação de municípios e estados

Aprovado restabelecimento de fuso horário do Acre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto de lei (PLC 43/2013) que restabelece os fusos horários do Acre e de parte do estado do Amazonas. O relator do PLC na CAE, Anibal Diniz, deu parecer favorável à proposta, que segue agora para a Comissão de Relações Exteriores (CRE).



Relatório de Anibal foi favorável à proposta

Os fusos dessas duas regiões haviam sido alterados em 2008 pela Lei 11.662, que reduziu de duas para uma hora a diferença em relação a Brasília. Na época, argumentava-se que a população sofria prejuízos decorrentes da diferença em relação ao restante do país. O atraso era anualmente aumentado para três horas na vigência do horário de verão.

Restituição prioritária do IR a pessoa com deficiência

A CAE aprovou ontem, em turno suplementar, a prioridade a pessoas com deficiência no recebimento da restituição de Imposto de Renda (IR), prevista em projeto de lei (PLS 571/2011) de Vital do Rêgo (PMDB-PB). O projeto poderá ser enviado diretamente à Câmara, se não houver recurso



Vital é autor de projeto, que deve ir à Câmara

para votação em Plenário. O relator, Benedito de Lira (PP-AL), encampou texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que trocou a expressão “portadores de deficiência física” para “pessoa com deficiência”.

— Isso aumenta a abrangência do incentivo, pois inclui outros tipos de deficiência, como a mental — ressaltou.

Aprovadas regras para Banco da Terra que beneficiam pequeno agricultor

Segundo proposta, produtor familiar que herdar parte de terra poderá usar verba do banco para comprar área remanescente de outros herdeiros

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que modifica regras do Banco da Terra. A proposta, de autoria do Poder Executivo, permite que os recursos do banco possam ser utilizados pelo agricultor familiar que herdar parte de uma propriedade rural e quiser comprar as áreas remanescentes de outros herdeiros.

O texto aprovado foi um substitutivo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ao PLC 42/2012 — Complementar.

O relator da matéria na CRA, Waldemir Moka (PMDB-MS), acrescentou ao texto a ampliação do prazo de amortização dos financiamentos tomados por trabalhador sem-terra ou pequeno agricultor no Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o chamado Banco da Terra. O prazo para quitar a dívida, que hoje é de 20 anos, passa a ser de 35 anos.

Após a votação no Plenário, o relator disse ter procurado ouvir todas as confederações ligadas ao setor, assim como todos os diretamente envolvidos. Para o senador,



O senador Waldemir Moka, que foi relator do projeto aprovado: prazo para quitar dívida sobe de 20 para 35 anos

o projeto faz “uma justiça muito grande”.

Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), salientou o grande alcance social da proposta. Já Wellington Dias (PT-PI) explicou que os lotes de assentamentos rurais têm titulação provisória, normalmente com prazo de dez anos, o que causava muita dificuldade para a família manter a propriedade no caso da morte do titular do lote.

Manifestaram apoio à matéria Ana Amélia (PP-RS), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Romero Jucá (PMDB-RR), Mário Couto (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Acir Gurgacz (PDT-RO), Kátia Abreu (PSD-TO), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Paulo Paim (PT-RS) e José Agripino (DEM-RN).

Moka também alterou a proposta para ampliar o tempo de carência, de 36 para

60 meses, para propriedades com atividades de retorno financeiro mais demorado, como nos casos de cultivo de café ou de seringueira ou ainda de reflorestamento.

O substitutivo da CRA estabelece ainda a obrigatoriedade de seguro para cobertura de casos de invalidez ou morte de um dos titulares do contrato de financiamento, dando aos filhos, à viúva ou ao viúvo a possibilidade de manter a posse do imóvel e a atividade produtiva.

Cariri-Araripe tem estímulo ao desenvolvimento

Os senadores aprovaram ontem projeto (PLS 122/2009 — Complementar) que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (Rica). Foram 64 votos favoráveis e nenhum voto contra. O texto, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), segue para votação da Câmara.

A Rica será composta por mais de 70 municípios do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. O projeto também autoriza o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe, enumerando os instrumentos tributários e fiscais à disposição. De acordo com o texto, os recursos virão do Orçamento da União e dos estados envolvidos.

A proposta dá aos municípios

da Rica estímulos ao desenvolvimento sustentável na forma de tarifas, fretes e seguros; linhas de crédito especiais para as atividades prioritárias; isenções e incentivos fiscais, entre outros.

Inácio ressaltou que a área pode ter petróleo e é reconhecida pela riqueza natural. Em 2006, a região foi incluída na Rede Mundial de Geoparques da Unesco e passou a ser o primeiro geoparque do Hemisfério Sul.

Segundo Cícero Lucena (PSDB-PB), relator na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a região precisa dos instrumentos oferecidos pela Constituição para se desenvolver plenamente.

— Sem os instrumentos fiscais e creditícios franqueados a partir da Constituição e sem uma especial ação federal, com os quatro estados, a região do Cariri-Araripe não conseguirá atingir seus ideais de prosperidade e desenvolvimento econômico, humano e ambiental — disse.

A proposta foi elogiada por Eunício Oliveira (PMDB-CE), Kátia Abreu (PSD-TO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

A Rica será constituída pelos municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririçu, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras

da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Umari e Várzea Alegre, no Ceará; Araripina, Bodocó, Cedro, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Serrita e Trindade, em Pernambuco; Acauã, Alegrete, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Caldeirão Grande, Campo Grande, Caridade do Piauí, Curral Novo, Francisco Macedo, Fronteiras, Marcolândia, Padre Marcos, Paulistana, Pio IX, São Julião, Simões e Vila Nova, no Piauí; Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Conceição, Monte Horebe, Santa Inês, Guarabira e São José de Piranhas, na Paraíba.

MP de incentivos ao etanol tranca pauta do Senado

A Medida Provisória (MP) 613/2013 foi lida ontem em Plenário e passa a trançar a pauta de votações do Senado. A leitura da medida, que perderá a validade se não for votada até 4 de setembro, foi feita pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que se encontrava na presidência dos trabalhos.

Aprovada nesta terça na Câmara dos Deputados, a MP 613/2013 concede incentivos tributários aos produtores de etanol e à indústria química, por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins.

A estimativa de renúncia em tributos para os setores é de R\$ 9,54 bilhões de 2013 a 2015.

De acordo com o governo, as reduções são necessárias para estimular o mercado interno. No caso do etanol, as empresas importadoras ou produtoras de álcool, inclusive para uso como combustível, terão direito a crédito presumido calculado sobre o volume mensal de venda no mercado interno.

O texto também prorroga, de 2014 para 2024, os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus. Por sua vez, benefícios para projetos de desenvolvimento regional, no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, tiveram o prazo diminuído.

(Com Agência Câmara)

Mozarildo volta a pedir solução para energia de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que pedirá audiência com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para discutir a regularização do fornecimento de energia elétrica em Roraima. O senador afirmou que existem soluções para o problema, mas que, infelizmente, o estado se encontra refém da Venezuela.

— A Venezuela sequer está podendo manter o abastecimento do próprio país. As usinas estão sucateadas, principalmente a de Guri, que abastece Roraima.

Segundo ele, três projetos supririam a demanda, mas a preferência do governo é pela construção de um linha em Tucuruí, no Pará, o que estaria gerando problemas com licenciamento ambiental. O senador destacou o projeto da Hidrelétrica do Cotingo, na Cachoeira do Tamandú, sem maiores impactos ambientais e de fácil construção.



Senador afirma que o estado continua refém da Venezuela

Ana Amélia cobra ação emergencial em favor de desabrigados

Ana Amélia (PP-RS) pediu ao Ministério da Integração Nacional e à Defesa Civil que intercedam em favor dos mais de 8 mil desabrigados pelas chuvas que, há mais de uma semana, atingem o Rio Grande do Sul.

Segundo ela, 2.750 pessoas estão sem moradia e 5.400 alojadas em casa de parentes e amigos. A senadora disse que as chuvas atingiram mais de 29 municípios e pelo menos 11 rios transbordaram. Há registro de pessoas desaparecidas e feridas em São Francisco de Paula e de uma morte em Montenegro.

Ana Amélia ressaltou que a Defesa Civil está pedindo reforço nas doações de roupas, colchões e alimentos não perecíveis, encaminhados a todos os municípios atingidos pelas enchentes. Ela também destacou a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que lançou campanha de ajuda para os desabrigados.

Relatório de Gim, que deve ser votado hoje, inclui questões como permissão para agentes penitenciários portarem armas fora do serviço

MP sobre vendas on-line ganha emendas

O SENADOR GIM (PTB-DF) apresentou ontem o relatório sobre a Medida Provisória (MP) 615/2013, que regula o mercado de pagamento eletrônico e autoriza socorro financeiro a produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. O parlamentar acatou diversas emendas e sugeriu outras, como a permissão para que agentes penitenciários portem armas fora do serviço e a possibilidade de a licença para exploração de táxi ser transmitida a familiares. A votação está marcada para hoje.

Originalmente, a MP autoriza subvenção a produtores da safra 2011-2012 de cana e etanol do Nordeste afetados por condições climáticas e o financiamento da renovação e da implantação de canaviais com equalização de juros. A subvenção será de R\$ 12 por tonelada de cana, com o limite de 10 mil toneladas.

O relatório de Gim estende os benefícios aos produtores do Paraná, devido a geadas em canaviais na mesma safra, e cria condições também para os produtores que, mesmo na seca, permaneceram adimplentes (prazos de pagamentos prorrogados e juros equiparados aos de hoje — caindo de 8,75% ao ano para 3% ao ano).

A maior parte do texto original regulamenta pagamentos eletrônicos. Inclui no Sistema de Pagamentos Brasileiro serviços como cartões, moedas



Na comissão mista criada para analisar a medida provisória, Gim apresenta o relatório, com emendas ao texto original

eletrônicas e transações por celular. As instituições que trabalham com esses serviços ficam proibidas de exercer atividades de bancos, como empréstimos. A MP prevê que o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel), o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderão incentivar o uso de celulares em pagamentos.

Armas fora de serviço

Guardas prisionais, agentes penitenciários e integrantes das escoltas de presos poderão ser autorizados a portar, fora de serviço, armas particulares ou fornecidas pela corporação.

O direito ao serviço de táxi poderá ser herdado, valendo pelo prazo original da concessão, para amparar famílias que podem ficar sem recursos financeiros com a morte

do detentor da licença. Isso chegou a ser aprovado pelo Congresso, mas vetado pela Presidência, em outras duas ocasiões. Desta vez, disse Gim, o texto não afeta municípios, podendo ser sancionado.

A fim de favorecer o combate à violência contra a mulher, uma das emendas autoriza a contratação do Banco do Brasil para a gestão de recursos, obras e serviços relacionados a projetos da rede integrada e especializada para atendimento da mulher vítima de violência. O banco poderá utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Duas emendas tratam da loteria Timemania: uma estabelece exclusão dos clubes inadimplentes só após o não atendimento de intimação e outra permite o retorno dos excluídos que quitarem os débitos até o fim de 2013.

Empresas que vendem apenas pela internet, telefone ou catálogo são excluídas do regime de desoneração na folha, segundo outra emenda. O relator argumenta que, como as empresas têm poucos funcionários, isso as prejudica.

A composição do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) poderá ser modificada, segundo emenda, incluindo um representante do Ministério do Desenvolvimento e um da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O projeto estabelece também que documentos digitalizados terão o mesmo valor legal que o documento original em transações financeiras e do processo administrativo fiscal.

Gim ainda incluiu a regularização de áreas ocupadas no Distrito Federal por entidades de assistência social, educação e templos religiosos.

Limite para perdão de dívida de agricultor pode aumentar

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) examina hoje projeto (PLS 622/2011) que amplia o alcance da Lei 12.249/2010 — sobre renegociação de dívidas dos agricultores do Nordeste — e aumenta o prazo de acesso ao benefício. A proposta determina que dívidas de até R\$ 30 mil poderão ser anistiadas. Hoje, o limite é de R\$ 10 mil. Já os agricultores com dívidas de até R\$ 200 mil poderão obter mais descontos para liquidar o saldo devedor. A autora, Lídice da Mata (PSB-BA), alega que o limite atual exclui muitos produtores da possibilidade de renegociação e de extinção das dívidas.

Benedito de Lira (PP-AL), relator na Comissão de Agricultura (CRA) e na CDR, propõe que os agricultores nordestinos tenham até dezembro de 2014 para solicitar os benefícios previstos na lei. Ele explica que a Lei 12.249/2010 foi resultante de uma medida provisória (MP 472/2009) e ressalva que os artigos que trataram das renegociações não foram adequadamente

discutidos. Benedito prevê que a medida “permitirá a reinserção de médios produtores no mercado de crédito rural, a redução do grau de endividamento, a adequação da dívida rural à capacidade de pagamento e a quitação de obrigações financeiras”.

A CDR também deve analisar o PLS 49/2013, de José Sarney (PMDB-AP), que prorroga o prazo de benefícios fiscais a empresas na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Empreendimentos aprovados até 31 de

dezembro de 2023 terão direito à redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. De acordo com o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), os benefícios oferecidos em regiões menos desenvolvidas são necessários para que as economias do Norte e do Nordeste continuem crescendo acima da média.

O projeto recebeu emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO) para estender o benefício a empresas na área da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), o que foi aceito por Jucá. A proposta ainda deve ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares debatem relatório de Benedito de Lira

Cancelado debate sobre jornada do aeroviário

A audiência pública marcada para ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir a jornada de trabalho do aeronauta foi cancelada. A reunião foi requerida por Paulo Paim (PT-RS) para instruir o projeto de lei que trata da atividade da categoria.

De autoria de Blairo Maggi (PR-MT), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 434/2011 altera a lei que regulamenta a atividade de aeronauta (Lei 7.183/1984).

De acordo com o projeto, a jornada será de 14 horas se o aeronauta for integrante de uma tripulação mínima, simples ou composta. A proposta também estabelece normas para o período de sobreaviso, folgas, tempo de adestramento em simulador e limites de tempo de voo e de pousos permitidos para uma jornada. A presidência da comissão vai definir nova data para a audiência pública.

Gurgacz defende investimentos para Guajará-Mirim

Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou ontem que o município de Guajará-Mirim (RO) precisa de um projeto de desenvolvimento integrado. Ele divulgou audiência pública que será realizada na cidade, na sexta-feira, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater os investimentos e parcerias visando ao aprimoramento das estruturas de escoamento da produção na área de livre comércio local.

Gurgacz disse que o município passa por dificuldades por estar inadimplente com a União, com o estado e com fornecedores, o que o impede de receber recursos de emendas parlamentares. Segundo o senador, a cidade, que tem uma área de livre comércio e concede isenção fiscal às grandes distribuidoras, não recebe retorno dos benefícios concedidos.



Acir Gurgacz anunciou debate sobre o assunto nesta sexta-feira

Casildo cobra regulamentação do Plano Safra 2013-14

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou do Ministério da Fazenda a regulamentação do Plano Safra 2013-2014. Ele lembrou que o plano foi lançado em 4 de junho, mas até agora não houve a edição da portaria, o que impede os produtores rurais de terem acesso ao programa de fomento. Explicou que os bancos oficiais não podem atender os produtores rurais sem a regulamentação do Ministério da Fazenda.

Para o senador, a demora é injustificável e inaceitável. Ele disse acreditar que a presidente Dilma Rousseff esteja constrangida.

— Hoje estou encaminhando correspondência ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, solicitando, além de uma explicação para tamanho atraso, as providências para que a medida ganhe efeito — informou.



Senador considera “inaceitável” atraso na publicação de portaria

Renan anuncia votação de projetos e Dilma, a adoção de resultados da CPI

Em sessão solene pelos 7 anos da Lei Maria da Penha, no Congresso, presidente da República prometeu usar relatório da CPI da Violência contra a Mulher, cujos projetos estão na pauta de hoje e amanhã

AO RECEBER o relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou a violência contra a mulher, a presidente da República, Dilma Rousseff, assumiu o compromisso de adotar as propostas da CPI na implementação de políticas públicas para combater a violência contra a parcela feminina da população. Na solenidade, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que os projetos de lei sugeridos pela CPI têm votação pela Casa prevista para hoje e amanhã (*veja matéria abaixo*).

O documento foi entregue ontem pela presidente da comissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), e pela relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), numa sessão solene do Congresso Nacional na qual também se celebrou os sete anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

— Hoje, todas as mulheres estão orgulhosas do Congresso por este relatório da CPI e nós seguiremos suas orientações — prometeu Dilma.

Dilma garantiu que vai atuar em parceria com o Legislativo,



Observada por Henrique Alves, a presidente Dilma Rousseff recebe de Renan Calheiros e Ana Rita um encarte especial do **Jornal do Senado** sobre a violência contra a mulher

o Judiciário e as organizações da sociedade para ampliar e humanizar as estratégias de acolhimento e proteção da mulher vítima de violência.

Para isso, ressaltou a presidente, será construída uma Casa da Mulher em cada estado. Até o próximo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, ela prometeu que algumas dessas 27 unidades já serão inauguradas.

Segundo Dilma, as casas protegerão com humanidade e acolherão com eficiência as vítimas de violência. A presidente ressaltou também

a necessidade de punição dos agressores para o combate efetivo da violência contra as mulheres.

— Sem impunidade, diminui a violência — afirmou, ressaltando que o governo defende a igualdade entre homens e mulheres.

Na sessão solene, Dilma também recebeu um encarte especial produzido pelo **Jornal do Senado** sobre a violência doméstica. O material jornalístico, intitulado “O inferno das mulheres”, explica as origens históricas do machismo no Brasil, mostra como a Lei Maria

da Penha foi criada e aponta as falhas do poder público na proteção das mulheres e na punição dos agressores.

Tolerância zero

A CPI mista que investigou a violência contra a mulher funcionou durante 18 meses e realizou 37 reuniões e 30 audiências públicas em vários estados.

O relatório, com mais de mil páginas, revela que, nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. São 4,4 homicídios a cada 100 mil mulheres, o que

coloca o Brasil na sétima posição em assassinatos de mulheres no mundo. É por estatísticas como essa que Dilma pregou “tolerância zero” à violência contra a mulher, atitude que considerou um compromisso básico de qualquer sociedade: — Esse é um crime que deve envergonhar a todos e é uma luta que une famílias, gerações e deve mover o governo e a sociedade — declarou a presidente.

Encarte explica a violência doméstica: www.senado.gov.br/mariadapenha

Presidente do Senado vê fortalecimento do combate à violência

Durante a sessão solene de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse esperar que a Casa conclua nesta semana a votação de projetos de lei que ajudem a resolver o problema. A pauta está trancada pela chegada ao Senado do Projeto de Lei de Conversão 20/2013, originário da Medida Provisória 613/2013 (*veja matéria na página 4*).

— O texto [do relatório] propõe 13 projetos de lei e um projeto de resolução para fortalecer o enfrentamento à violência contra a mulher. Tenho a satisfação de anunciar que todos eles serão votados esta semana, entre quarta e quinta-feira — disse Renan, que elogiou o trabalho desenvolvido pela presidente da comissão, deputada federal Jô Moraes, e pela relatora, senadora Ana Rita.

Uma das propostas (PLS 292/2013) define o crime de feminicídio como uma “forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher”. De acordo com o texto, o crime pode ocorrer em três situações: quando há relação íntima (de afeto ou parentesco) entre vítima

e agressor, quando há qualquer tipo de violência sexual e quando há mutilação ou desfiguração da vítima.

Também estão na pauta do Plenário projeto que classifica a violência doméstica como crime de tortura (PLS 293/2013); proposta que prevê atendimento da Medida Provisória 613/2013 de Saúde (PLS 295/2013); projeto que permite às vítimas receber da Previdência Social uma ajuda

temporária (PLS 296/2013); e texto que institui o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (PLS 298/2013).

Maria da Penha

Apesar dos avanços proporcionados pela Lei Maria da Penha, Renan observou que ainda são significativos os casos de violência contra as mulheres. Dados do *Anuário das Mulheres Brasileiras*

2011, publicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em parceria com o Dieese, apontam que 43% das mulheres no Brasil já foram vítima de violência doméstica. Segundo Renan, o número é preocupante e exige novas estratégias para fortalecer instituições e políticas para o enfrentamento da violência contra mulheres.

— Por tudo isso, presidente

Dilma Rousseff, o dia de hoje deve simbolizar um olhar de satisfação para o passado, ao comemorar os sete anos da Lei Maria da Penha, mas também uma diretriz para o futuro — disse o presidente do Senado. Até 2011, informou Renan Calheiros, pela Lei Maria da Penha foram instaurados mais de 685 mil procedimentos judiciais, dos quais 408 mil já foram julgados. Também foram realizadas 27 mil prisões em flagrante e 4.200 prisões preventivas.

De acordo com o presidente da Casa, pesquisa realizada pelo DataSenado mostra que 34% das entrevistadas apontam o medo, a dependência financeira e a criação dos filhos como os principais fatores inibidores de denúncias de violência contra mulheres. Renan ressaltou ainda que, conforme a pesquisa, 43% das brasileiras já foram vítima de violência doméstica.

— Esses dados nos levam a refletir sobre novas estratégias e políticas para reduzir a violência contra as mulheres — observou Renan Calheiros.



Senadores e deputados lotam o Plenário do Senado durante a sessão solene em homenagem aos sete anos da Lei Maria da Penha

Relatora cobra mais verba para as ações

Ana Rita elogia a presença da presidente da República e reivindica mais recursos para o Brasil sair do sétimo lugar na violência contra a mulher

Antes de entregar o relatório a Dilma, Ana Rita ressaltou que a presença da presidente da República no Congresso expressa o compromisso do Executivo com o combate à violência contra a mulher. A senadora disse ter certeza de que a contribuição do Legislativo para a questão será efetivada. Para Ana Rita, o relatório é um “instrumento valioso” na implementação de políticas para as mulheres.

A parlamentar ainda observou que, apesar dos investimentos públicos que vêm sendo feitos em políticas para as mulheres, é preciso mais recursos para que o Brasil saia do sétimo lugar como o país que mais comete violência contra a mulher.

Duas razões levaram Ana Rita a classificar a sessão solene do Congresso como um “momento histórico na vida das brasileiras”. Em primeiro lugar, a conclusão



As ministras Luiza Bairros e Maria do Rosário participaram da cerimônia, demonstrando a parceria entre Executivo e Legislativo

do “mais detalhado” diagnóstico sobre as políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher adotadas nos últimos 20 anos. Em segundo, a

presença da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional para receber o relatório final da investigação.

— Em nenhum outro momento se viu um gesto como esse, o que simboliza a adesão da presidente da República a essa luta — afirmou a senadora.

Ela considerou preocupante a situação das políticas públicas da área sob responsabilidade dos estados. Em grande parte deles, os recursos para alimentá-las restringem-se aos repassados por convênios federais, conforme constatou. Esta realidade acabou incentivando a comissão mista a recomendar, entre outras medidas legislativas, a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PLS 298/2013).

Aplicação da lei

Durante a cerimônia, a senadora afirmou também que o sistema judiciário brasileiro precisa atuar a favor da aplicação “integral e séria” da Lei Maria da

Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

— É preciso mais juizados especializados, varas e defensorias da mulher em todo o país, além do julgamento mais rápido de crimes contra as mulheres — reivindicou Ana Rita.

A união de forças entre o Parlamento e o Poder Executivo no combate à violência contra a mulher também foi apoiada pela presidente da comissão mista, a deputada federal Jô Moraes. Após agradecer a Dilma a contribuição de emprestar a dimensão do cargo de presidente da República ao “doloroso desafio” de combater a violência contra a mulher, Jô Moraes lamentou a insuficiência de informações, recursos humanos e equipamentos que ainda persiste na estrutura de acolhimento e proteção a vítimas de agressão.

— A proposta da Casa da Mulher é um caminho para responder a este desafio — apostou a deputada.



Presidente da CPI mista, a deputada Jô Moraes (D) reforça o pedido por mais recursos



Na saída, Dilma carrega livro com pesquisa DataSenado sobre a Lei Maria da Penha

Pesquisa

Na sessão solene, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou pesquisa do DataSenado que em março retratou avanços e dificuldades das brasileiras no combate à violência doméstica. Veja íntegra da pesquisa em <http://bit.ly/pesquisamulher>



Fonte: DataSenado

Taxa de homicídios femininos

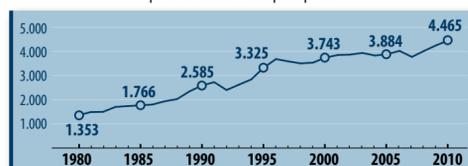
Comparado com 84 países, o Brasil tem a 7ª maior taxa de homicídios femininos (número de assassinatos a cada 100 mil mulheres)



Fonte: Mapa da Violência 2012

Número de mulheres assassinadas

De 1980 a 2010, a quantidade de mulheres assassinadas por ano no Brasil mais que triplicou



Fonte: Mapa da Violência 2012

Funcionário da embaixada em La Paz havia feito comparação para justificar ajuda na fuga de senador boliviano para o Brasil



Entre Henrique Eduardo Alves e Renan Calheiros, a presidente Dilma Rousseff fala aos jornalistas no Congresso sobre a situação do boliviano Róger Pinto Molina

Dilma repele comparação de embaixada na Bolívia ao DOI-Codi

A PRESIDENTE DILMA Rousseff rechaçou a comparação feita pelo encarregado de negócios da embaixada do Brasil em La Paz, Eduardo Saboia, de que a situação do senador boliviano Róger Pinto Molina na embaixada era semelhante à de um preso no DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura militar brasileira.

— Não estamos em situação de exceção. Não há nenhuma similaridade. Eu estive no DOI-Codi. Eu sei o que é o DOI-Codi. E asseguro a vocês: é tão distante o DOI-Codi da embaixada brasileira lá em

La Paz como é distante o céu do inferno — afirmou a presidente no Congresso, depois de receber o relatório final da CPI da Violência contra a Mulher.

Opositor do presidente da Bolívia, Evo Morales, Róger Pinto Molina fugiu para o Brasil no último final de semana. A repercussão da operação resultou na substituição do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, por Luiz Alberto Figueiredo, que servia como embaixador do Brasil nas Nações Unidas.

Denunciado em pelo menos 20 processos por desacato,

venda de bens do Estado e corrupção, Molina acusa o governo Evo de perseguição política. Ele estava refugiado na embaixada do Brasil em La Paz havia mais de 400 dias.

O governo brasileiro concedeu asilo político ao senador em maio de 2012, mas, para sair do país, ele precisaria de um salvo-conduto, negado pelo governo Evo. No fim de semana, ele deixou o país com a ajuda de Saboia, numa viagem de carro que durou 22 horas.

Segundo Dilma, o Brasil não poderia colocar em risco a vida de uma pessoa sob sua guarda:

— Não tem nenhum fundamento acreditar que é possível que um governo em qualquer país do mundo aceite submeter a pessoa que está sob asilo a risco de vida. Se nada aconteceu, essa não é a questão. Poderia ter acontecido. Um governo não negocia vidas. Um governo age para proteger a vida.

Ela informou que o ministro da Defesa, Celso Amorim, esclarecerá a participação de dois fuzileiros navais na fuga de Molina. Eles teriam atuado como batedores do carro da embaixada que levou o senador de La Paz a Corumbá (MS).

Vida de senador foi colocada em risco, diz presidente

Ao deixar o Plenário do Senado ontem, Dilma Rousseff disse que o Brasil não poderia ter recebido o senador boliviano Róger Pinto Molina sem salvo-conduto. Para ela, a vida de Molina foi posta em risco na operação de fuga da embaixada brasileira em La Paz:

— Um país civilizado e demo-

crático protege seus asilados e tem que garantir, sobretudo, sua segurança e integridade física. O Brasil não poderia jamais aceitá-lo sem salvo-conduto e colocar em risco a vida de pessoa que estava sob sua proteção. Lamento profundamente que um asilado tenha sido submetido à insegurança.

Molina cancela entrevista que daria no Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebeu um telefonema de Fernando Tibúrcio, advogado do senador boliviano Róger Pinto Molina, pedindo a suspensão da entrevista coletiva do parlamentar marcada para ontem. Segundo a CRE, o advogado agradeceu a oportunidade

oferecida pela comissão, mas ponderou a necessidade de preservar o senador no momento, diante dos desdobramentos do caso. Molina, disse ele, se pronunciará em outra ocasião.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), teve participação na vinda de Molina para o Brasil.

Senadores divergem sobre atitude de Saboia

Senadores da oposição e da bancada do governo divergiram em Plenário, ontem, ao comentar o caso. Para Jorge Viana (PT-AC), houve uma “tentativa da oposição de transformar o episódio em disputa política”. Na avaliação de Viana, a decisão de Eduardo Saboia foi acertada por ter posto fim à situação de risco de vida em que se encontrava Róger Molina na embaixada.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que “a diplomacia brasileira mais uma vez se curva ao alinhamento ideológico” e que, por falta de uma ação enérgica do governo para conseguir o salvo-conduto da Bolívia, coube a Saboia agir “numa decisão humanitária”.

Já para Lindbergh Farias

(PT-RJ), o diplomata colocou em risco a vida do senador boliviano, pela qual o Brasil era responsável, o que foi uma atitude ilegal e irresponsável, com quebra de hierarquia.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) afirmou que o ministro Antonio Patriota, demitido do cargo, foi apenas “o bode expiatório” do caso e que o Brasil é “extremamente complacente” com Evo Morales. José Agripino (DEM-RN) apontou ainda a situação dos torcedores do Corinthians presos em Oruro, na Bolívia, e falou em “crise típica de governabilidade”.

O líder do PT, Wellington Dias (PI), classificou a fuga de Róger Molina de “aventura irresponsável que felizmente deu certo” e observou que

cabe agora ao governo brasileiro decidir se é possível dar asilo territorial ou político.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a oposição incentiva “a indisciplina do corpo diplomático brasileiro”. Walter Pinheiro (PT-BA) opinou que, se o embaixador discordava do Itamaraty, deveria ter se afastado do cargo.

Para Pedro Taques (PDT-MT), de acordo com a Convenção de Caracas, se o Brasil concedeu asilo foi por entender que Molina é perseguido político. No entanto, ressaltou que a Bolívia não é signatária do tratado e deveria seguir os costumes interamericanos, que determinam a concessão do salvo-conduto.

Humberto Costa (PT- PE)

afirmou que o Brasil concedeu asilo por razões humanitárias e não por razões políticas. Para Sérgio Petecão (PSD-AC), é preciso deixar o caso “esfriar” para trazer Molina até o Senado e ouvi-lo pessoalmente, sem politizar o debate. Petecão disse ainda que Saboia deveria ser considerado “um herói”.

— Evo podia ter evitado tudo isso. Vamos na área de fronteira ver os acrianos com casas queimadas, expulsos da Bolívia — disse.

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou da presidente Dilma Rousseff a mesma postura adotada pelo PT para com Cesare Battisti, condenado pela Justiça italiana por quatro homicídios, para quem o Brasil concedeu refúgio.

Suplicy dá a Dilma livro sobre Vieira de Mello

Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou a presença de Dilma Rousseff no Congresso para entregar-lhe uma carta de Carolina Larriera, companheira de Sérgio Vieira de Mello, com um apelo para que o governo solicite informações e documentos da ONU relacionados ao atentado que o matou em Bagdá, no Iraque, em 2003.

Suplicy também entregou a Dilma o livro *O Homem que Queria Salvar o Mundo*, de Samantha Power, sobre Vieira de Mello.

Renegociação de dívidas de países pode ter nova regra

Os pedidos de autorização de renegociação de dívidas externas de que o Brasil é credor, submetidos pelo governo ao Senado, deverão estar acompanhados de informações de risco político, segundo projeto de resolução (PRS 43/2013) de Pedro Taques (PDT-MT) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem e enviado para o Plenário com pedido de urgência.

Com parecer favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o texto estabelece, como pré-requisitos para análise dos pedidos, o encaminhamento de avaliações internacionais disponíveis sobre a qualidade da democracia e da governança do país tomador de empréstimo. O Brasil deverá fazer sua análise “com especial ênfase na avaliação de risco de que as vantagens concedidas na renegociação ou rolagem de dívida sejam aplicadas em finalidades diversas das de promoção do desenvolvimento e redução da pobreza no país beneficiário”.

A proposta foi apresentada após polêmica sobre acordos de perdão de dívidas de países africanos assinados pelo governo brasileiro. Vários senadores disseram que os acordos beneficiam ditadores e governantes envolvidos em denúncias de enriquecimento ilícito. Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que o Brasil está concedendo perdão de US\$ 352 milhões à República do Congo, “onde reina Denis Sassou-Nguesso, autocrata bilionário que tem 156 imóveis em Nova York”.

O projeto de Taques faculta ao Executivo solicitar, na mensagem com o pedido de autorização, sigilo em suas avaliações sobre a governança do outro país. Mas o sigilo poderá ser quebrado por decisão do Plenário.

Em visita ao Senado ontem, Alexandre Padilha afirmou estar esclarecendo dúvidas de lideranças partidárias sobre o programa

Ministro defende Mais Médicos e repudia hostilidade a cubanos

EM VISITA AO Senado ontem, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, manifestou “otimismo e confiança” na aprovação da medida provisória do Programa Mais Médicos. A MP 621/2013, que trata do assunto, está sob análise da comissão mista de deputados e senadores.

O ministro disse que tem procurado as lideranças para apresentar a “importância do programa”, que busca diminuir a carência de médicos no país, principalmente em cidades do interior. Ele também visitou os senadores Alfredo Nascimento (PR-AM) e Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

Padilha informou que, a partir da próxima segunda-feira, 2 de setembro, médicos brasileiros já estarão atendendo pelo programa. Os estrangeiros, acrescentou, estão passando por “avaliação rigorosa” e devem começar a trabalhar em meados de setembro. O programa, ressaltou o ministro, continua aberto tanto a profissionais brasileiros quanto a estrangeiros.

— Caso não existam médicos brasileiros interessados, vamos fazer como muitos outros países do mundo: vamos trazer médicos estrangeiros bem avaliados, que tenham o compromisso de atender a nossa população — disse.

O ministro informou que tem feito um “trabalho de formiguinha”, mostrando a deputados e senadores os detalhes do programa. Ele disse esperar que o Congresso seja sensível à solução encontrada pelo governo para levar médicos a regiões carentes de maneira imediata. Sobre o pedido de parlamentares como Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), de acesso ao conteúdo do acordo feito com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para viabilizar a vinda de médicos cubanos, Alexandre Padilha se disse à disposição e acrescentou já ter apresentado o programa ao Tribunal de Contas da União (TCU).

— Estamos abertos a qualquer mecanismo de transparência — afirmou.



Senadores Alfredo Nascimento e Antonio Carlos Rodrigues recebem ministro Alexandre Padilha

Padilha vê “truculência” em “corredor polonês da xenofobia”

O ministro Alexandre Padilha disse que o Brasil precisa receber bem os profissionais estrangeiros que estão vindo para atender municípios que não têm médicos.

Ele lamentou que muitos médicos brasileiros estejam reagindo com hostilidade à chegada dos colegas estrangeiros, como aconteceu em Fortaleza, antontem. Quase cem profissionais com formação no exterior, a maioria cubanos, foram hostilizados por um grupo de médicos cearenses. Segundo o ministro, foram “cenas truculentas” que incitam o preconceito.

— Custa entender que profissionais são aqueles que participam de um corredor polonês da xenofobia. Eu não acredito que essa seja a postura da maioria dos médicos brasileiros.

O ministro da Saúde também criticou declaração do presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG), João Batista Gomes Soares,

Titular da Saúde nega caráter ideológico e cita governo FHC

Alexandre Padilha negou que o programa tenha caráter ideológico. Ele lembrou que a primeira vez que médicos cubanos vieram ao Brasil aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB, hoje o principal partido de oposição. Segundo o ministro, a presidente Dilma

que disse na semana passada que vai denunciar os cubanos por exercício ilegal da profissão e vai orientar seus colegas a não agir em casos de erro desses médicos. Para o ministro, a frase é um incentivo à omissão de socorro.

— Eu repudio e lamento veementemente essa declaração. Não sei em que código de ética médica ele se baseou. Eu confio que os médicos mineiros não seguirão essa orientação — disse.

Padilha reconheceu que o Sistema Único de Saúde (SUS) não tem “todas as condições ideais” de qualidade, mas acredita que a vinda de médicos estrangeiros pode colaborar para a melhoria do atendimento. Ele disse ainda que o Mais Médicos incrementa o debate sobre a situação do setor como um todo.

— É importante que o Brasil pense nos milhões de brasileiros que vivem em cidades ou bairros que não têm médico nenhum dia do ano — afirmou.

Rousseff vem recebendo pedidos por médicos de todos os lugares do país e de prefeitos de todos os partidos.

Segundo ele, o Programa Mais Médicos também vai facilitar o acesso dos jovens às faculdades de Medicina, com a ampliação de vagas no interior e nas periferias das grandes cidades.

Vanessa lembra que médicos brasileiros foram prioridade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem o Programa Mais Médicos e disse que a iniciativa do governo colabora para a melhoria da saúde da população.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora lembrou que na primeira chamada do programa ficou clara a prioridade dada à contratação de profissionais formados em universidades nacionais. As vagas remanescentes foram primeiramente oferecidas a brasileiros graduados no exterior, e, em seguida, aos estrangeiros, que atuarão de forma provisória. Sobre os médicos cubanos, Vanessa disse que 400 profissionais que já se encontram no Brasil atenderão à população nas unidades básicas de saúde em 701 cidades que não foram escolhidas por médicos brasileiros.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) ponderou que causa “espécie e estranheza” o fato de que o médico possa vir em situação diferenciada dos brasileiros. Mário Couto (PSDB-PA) classificou o programa de “imediatista” e disse que o Brasil perdeu 41 mil leitos nos últimos dez anos. Para Paulo Davim (PV-RN), o problema da saúde vai além da falta de médicos, devido à falta de investimentos e políticas públicas. Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu a aplicação de 10% da receita bruta da União na saúde.

Para Mário Couto, faltam leitos e equipamentos

A contratação de médicos estrangeiros foi criticada por Mário Couto (PSDB-PA). O senador afirmou que “a presidente Dilma Rousseff não conhece o Brasil, ou saberia que não faltam médicos e sim leitos e equipamentos nos hospitais para atender os pacientes”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Podem trazer 50 mil médicos que a coisa não vai melhorar porque não se tem hospitais, leitos, equipamentos; porque não se tem infraestrutura neste país — disse.

Couto lembrou que a Organização Mundial da Saúde recomenda de três a cinco leitos por mil habitantes, mas o Brasil só oferece dois leitos a cada mil habitantes. O senador também relatou visita que fez ao município de Soure (PA), na Ilha do Marajó, em julho, quando constatou a falta de equipamentos para exames no único hospital da região.

— O governo federal não investe um tostão sequer no Pará. A Dilma não gosta do Pará. Às vezes eu duvido até que ela seja brasileira — disse.

Mário Couto disse considerar o Programa Mais Médicos uma iniciativa digna de risadas e feita às pressas para fugir da pressão do povo nas ruas. Para ele, a presidente “rasgou os diplomas dos médicos brasileiros” ao decidir trazer médicos de fora do país.

Comissão da MP do Mais Médicos define cronograma de debates

O Programa Mais Médicos, do governo federal, vai passar por uma espécie de sabatina no Congresso. A comissão de deputados e senadores que analisa a Medida Provisória (MP) 621/2013, que cria o programa, decidiu ontem

realizar três audiências públicas. Elas vão se somar à grande discussão que a Câmara vai fazer sobre o assunto na quarta-feira da semana que vem.

A concentração dos debates nas próximas três semanas é uma tentativa

de acelerar a tramitação da medida provisória. A MP perde a validade em 5 de novembro, mas antes tem que ser votada na Câmara e no Senado.

O tempo de tramitação virou preocupação da base aliada ao governo, como explicou o relator da medida, deputado Rogério Carvalho (PT-SE).

— Vamos precisar correr, porque, além das audiências, tem o trabalho de conversas com os parlamentares. Esse trabalho também é importante, precisa de tempo para isso e para finalizar o relatório, que vai representar um acordo com chances de aprovação.

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) acrescentou que é preciso se preocupar com os prazos.

— O primeiro [prazo] já está vencendo e a MP só pode ser prorrogada uma vez.

(Da Agência Câmara)



João Alberto (2º à esq.) com os deputados Rogério Carvalho e Francisco Escórcio e o senador Mozarildo



Em Plenário, senadores discutem o projeto e decidem rejeitar alterações que haviam sido implementadas por deputados

Aprovada regulamentação da profissão de restaurador

Texto que segue para sanção também cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados, além de conselhos regionais, para registro profissional e fiscalização

O PLENÁRIO APROVOU ontem a regulamentação da profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados (PLS 370/2007). Foram rejeitadas alterações feitas na Câmara para restabelecer o texto original, do senador licenciado Edison Lobão (PMDB-MA). O texto segue para sanção.

Pelo projeto, podem exercer a profissão os diplomados em graduação ou pós-graduação

naquela especialidade, além dos diplomados em qualquer curso de nível superior com experiência há pelo menos três anos e os diplomados em curso técnico reconhecido.

A proposta ainda institui o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (Confecon) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (Concor), órgãos de registro

profissional e de fiscalização do exercício da profissão.

No relatório para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que o substitutivo da Câmara não assegurava a fiscalização do exercício da profissão pelo poder público.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) posicionou-se contra a regulamentação, argumentando que o projeto cria uma burocracia “para nada”.

TV em hotel pode ficar isenta de direitos autorais

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou proposta que isenta do pagamento de direitos autorais os hotéis, motéis e estabelecimentos afins que possuem receptores de rádio e televisão instalados em quartos para uso privado dos hóspedes.

Desde 1998, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) passou a admitir essa cobrança. Mas para a autora do PLS 206/2012, Ana Amélia (PP-RS), ela só deve valer quando a execução



Ana Amélia, autora do projeto, e Cyro Miranda, relator e presidente da CE

musical ocorrer nos saguões. O presidente da CE e relator da proposta, Cyro Miranda (PSDB-GO), destacou que “embora o estabelecimento, no conjunto,

seja de utilização coletiva, a unidade de hospedagem não tem essa característica”. O projeto segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Comissão debate residência pedagógica

A residência pedagógica para professores da educação básica será tema de debate hoje na Comissão de Educação, sugerido por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e destinado a instruir projeto de Blairo Maggi (PR-MT).

O PLS 284/2012 oferece

residência a professores habilitados para educação infantil e ensino fundamental, com mínimo de 800 horas de duração e bolsa de estudo.

Maggi sustenta que a dificuldade para a alfabetização das crianças brasileiras com até oito anos de idade pode

ser explicada, em parte, pelas modificações estruturais na formação inicial dos professores e, dentre essas, destaca “o aumento de instituições formadoras de qualidade discutível”.

O relator da proposta é Cyro Miranda (PSDB-GO).

Requião cobra votação de texto sobre direito de resposta

A votação de projeto (PLS 141/2011) sobre direito de resposta na imprensa foi defendida ontem pelo autor, Roberto Requião (PMDB-PR). Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto está pronto para ir ao Plenário.

— Mais uma vez, fui caluniado e agredido pelo jornal *Folha de S.Paulo* — disse.

Dia 12, a coluna “Painel” afirmou que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, teria pedido ao Supremo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Tribunal Federal o arquivamento de processo contra Requião (sobre concessão de incentivos fiscais durante o governo dele no Paraná) devido apenas à idade do senador, 72 anos.

Segundo Requião, não houve favorecimento no processo, pois os benefícios fiscais concedidos com a legislação editada por ele eram inferiores aos da lei anterior.

— Mas a *Folha* não quer saber; autoritária, desdenha qualquer esclarecimento.

Paulo Bauer homenageia tenista Gustavo Kuerten

Paulo Bauer (PSDB-SC) homenageou o tenista catarinense Gustavo Kuerten, que recebeu prêmio da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP)



Waldemir Barreto/Agência Senado

de nossos ídolos.

Bauer exaltou também as realizações de Guga como cidadão, “um modelo de vida para todos os catarinenses e brasileiros”. Ele

em reconhecimento aos que fecharam temporadas como líderes do ranking mundial.

O senador lembrou a carreira de Guga, desde quando despontou, em 1997, até a aposentadoria, em 2008.

— É importantíssimo para as futuras gerações ter acesso à memória dos grandes feitos

mencionou as doações fixas para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e a criação do Instituto Gustavo Kuerten (IGK), que desenvolve ações sociais.

— O sucesso de Guga trouxe visibilidade para o instituto, ampliando cada vez mais seu espectro de atuação — disse.

Lídice defende projeto que regula profissão de vaqueiro

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu a aprovação, pelo Senado, do projeto (PLC 83/2011) que regulamenta a profissão de vaqueiro. A aprovação, afirmou,



Waldemir Barreto/Agência Senado

está atrasada 464 anos, uma vez que data de 1549 o primeiro registro oficial de pagamento pela lida com gado, de acordo com o antropólogo Washington Queiroz.

A proposta é relatada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por Paulo Davim

(PV-RN) e aguarda a realização de debate.

— É um reconhecimento histórico indispensável à figura do vaqueiro — afirmou ela, anunciando a disposição

da Associação dos Vaqueiros Nordestinos de comparecer à votação com vestes típicas.

Ao lembrar que amanhã, 29 de agosto, é o Dia Nacional do Vaqueiro, a senadora ressaltou a presença desse profissional na literatura e no cinema nacionais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Plenário aprovou projeto que transforma desaparecimento forçado em crime específico, com pena de até 40 anos de prisão; texto adapta legislação a acordos internacionais

Mais rigor contra desaparecimento de pessoas

OS SENADORES APROVARAM ontem uma proposta que transforma em crime específico o desaparecimento forçado de pessoa, com penas que podem chegar a 40 anos de reclusão. O projeto agora vai para a Câmara dos Deputados.

O texto aprovado é um substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT) ao projeto de lei original (PLS 245/2011), de Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Taques disse que o projeto adapta a legislação brasileira a uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos e à Convenção Interamericana sobre Desaparecimentos Forçados.

— É reconhecido internacionalmente que o desaparecimento forçado é um dos crimes mais graves, pois, além de submeter a vítima a um estado degradante e violador de sua dignidade, afeta duramente sua família e pessoas próximas que convivem com o estado de angústia e desespero permanente — explicou o senador.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que no Rio de Janeiro o número de pessoas



Vital do Rêgo, autor do projeto, conversa com Eduardo Suplicy: texto, que vai à Câmara, inclui o desaparecimento forçado de pessoas no rol de crimes hediondos

desaparecidas vem crescendo e atingiu perto de 6 mil casos no ano passado.

Amarildo

Um dos mais notórios é o caso do pedreiro Amarildo Souza Lima, que desapareceu em julho, após uma abordagem de agentes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Favela da Rocinha.

— O Senado está suprindo hoje uma lacuna muito importante. No Rio de Janeiro, o número de pessoas desaparecidas já supera o número

de homicídios — alertou Lindbergh.

Pelo texto, a pena de reclusão para o crime irá de 6 a 12 anos, mais multa.

Se houver tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou se do fato resultar aborto ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, o crime passará a ser definido como desaparecimento forçado qualificado, com pena de 12 a 24 anos de cadeia.

Se resultar em morte, a reclusão mínima será de 20 anos, podendo chegar a 40

anos. O tempo de detenção pode ser aumentado se o desaparecimento durar mais de 30 dias, se o agente for funcionário público ou se a vítima for menor de idade, idoso, pessoa com deficiência ou gestante.

Crime hediondo

O desaparecimento forçado de pessoas também passará a ser incluído no rol dos crimes hediondos.

Vital do Rêgo, autor do projeto de lei, lembrou que no Brasil os crimes de

desaparecimento forçado têm sido definidos com base em tratados internacionais ratificados pelo Congresso Nacional. Observou, no entanto, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já avisou que o país tem que ter a própria legislação a respeito do assunto.

O relator elaborou o substitutivo para incorporar sugestões de dois integrantes do Ministério Público Federal — Luiz Carlos dos Santos Gonçalves e Marlon Alberto Weichert.

Comissão deve votar amanhã nome do novo procurador-geral



Se passar na CCJ, Rodrigo Janot precisa ser aprovado no Plenário

A mensagem com a indicação do procurador Rodrigo Janot Monteiro de Barros para o cargo de procurador-geral da República (MSF 82/2013) foi lida ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o Regimento Interno, foi concedida vista coletiva e a sabatina, seguida de votação, deverá ocorrer amanhã, em reunião prevista para as 9h.

Rodrigo Janot foi indicado para substituir o atual procurador-geral, Roberto Gurgel, que encerra o segundo mandato neste mês.

O candidato nasceu em Belo Horizonte, em 15 de setembro de 1956. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também concluiu mestrado em Direito. Fez especialização na área de Meio Ambiente e

Consumidor em Pisa, na Itália.

Janot integra o Ministério Público desde 1984. Já foi diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União, secretário-geral do Ministério Público Federal e secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Atualmente, é subprocurador-geral da República.

O relator da proposta, Eunício Oliveira (PMDB-CE),

salientou a reconhecida qualificação jurídica de Rodrigo Janot, além da “seriedade e do equilíbrio no exercício profissional”.

— É ainda muito elogiada sua capacidade de diálogo, coisa extremamente importante para esta Casa — disse.

A votação na CCJ será secreta. Caso o nome seja aprovado, ainda precisará ser confirmado pelo Plenário.

Renan confirma debate sobre reforma política na quinta-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou ontem a realização de uma sessão temática para debater a reforma política. A sessão, prevista para amanhã, deve ter início às 11h e contará com a presença da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia.

Essa será a primeira sessão temática da Casa. Resolução aprovada em março permite a transformação de sessões deliberativas em reuniões de debates sobre assuntos de interesse nacional previamente fixados, até mesmo com possibilidade de ordem do dia temática, para votação de propostas relacionadas.

PEC da perda imediata de mandato ganha tramitação especial

Tramitará com calendário especial a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina perda imediata do mandato de parlamentar condenado por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública. O requerimento de tramitação acelerada, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), autor da proposta, foi aprovado em Plenário ontem.

Pelo texto, a cassação do mandato passa a ser imediata, mediante comunicação do Poder Judiciário quando não resta mais possibilidade de recurso. Nas regras atuais, cabe ao Congresso definir o destino do parlamentar condenado.

A PEC, aprovada pela

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 14 de agosto, será submetida a discussão e votação em dois turnos.

Ontem, houve também a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 32/2010, que explicita na Constituição a condição do Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário. Já a PEC 45/2009, que detalha as estruturas de controle interno na administração pública, passou pela segunda sessão de discussão.

As propostas de emenda à Constituição têm de passar por cinco sessões de discussão em primeiro turno e três no segundo turno. Se aprovadas em ambos, seguem para a Câmara, onde têm o mesmo rito.

Jarbas acusa Dilma Rousseff de antecipar campanha eleitoral

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) acusou ontem a presidente Dilma Rousseff de antecipar a campanha eleitoral. Ele lembrou que a presidente foi a São Paulo cinco vezes nas últimas três semanas. O senador leu notícia segundo a qual a Presidência da República se recusou, por motivos de segurança, a informar o custo do hotel onde Dilma se encontrou com Lula na semana passada.

Jarbas também lamentou o programa do PMDB exibido na TV dia 22. De acordo com ele, o programa enganou o eleitor. O senador criticou o vice-presidente da República, Michel Temer, por usar a imagem do papa Francisco.

Jarbas comentou editorial



A presidente foi a São Paulo cinco vezes em três semanas, diz senador

do jornal *O Estado de S. Paulo* com o título de “Os baderneiros”. O parlamentar condenou manifestações violentas no Recife e também na porta do prédio onde mora o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

ANP e empresas apontam vantagens do gás de xisto

Impactos ambientais reduzidos e desenvolvimento da economia foram fatores citados como benefícios da exploração energética alternativa durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente

EM DEBATE NA Comissão de Meio Ambiente (CMA), representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de empresas que produzem e comercializam gás natural apontaram, ontem, a produção de gás de xisto como relevante para a economia e afirmaram que essa exploração tem impactos ambientais controláveis e equivalentes a outras modalidades de produção energética.

Silvio Jablonski, chefe de gabinete da ANP, disse que mesmo numa matriz energética diversificada, o gás não convencional auxilia em períodos de queda da produção.

— Não existe produção de energia, seja eólica seja solar, sem impacto ambiental. A questão é manter níveis de tolerância que a sociedade exige.

Ele explicou que, diferentemente do gás convencional, acumulado em reservatórios entre as rochas, o gás de xisto está disperso por toda a rocha, que precisa ser “quebrada” para liberar o gás. Isso é feito por meio da técnica de fraturamento hidráulico (explosões e injeção de água com areia e substâncias químicas).

Antonio Guimarães, do



Blairo Maggi (C) coordena o debate com especialistas em produção energética

Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, disse que a técnica é conhecida desde 1940 e já teria sido utilizada em mais de 2 milhões de poços, em escala mundial, sem evidência de contaminação de reservatórios de água potável.

Flavio Soares do Nascimento, da Agência Nacional de Águas (ANA), falou sobre aquíferos nos blocos a serem licitados pela ANP, em novembro, nas bacias sedimentares do Acre, Parecis, Paraná, São Francisco e Recôncavo Baiano.

O presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), afirmou que, nos Estados Unidos, a exploração do gás de xisto resultou na oferta de gás natural a um preço 80% menor que o do

Brasil. Luiz Henrique (PMDB-SC) quer ampliar a discussão para reduzir a disparidade de preços em relação ao produto norte-americano e evitar a queda da competitividade.

Reginaldo Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia, lembrou que o sucesso do gás de xisto nos Estados Unidos foi resultado de uma política de baixos impostos, oferta de financiamentos e baixo custo de perfuração.

Luiz Henrique informou que a exploração do gás de xisto está proibida na Alemanha, na França e na Itália. Mas advertiu que o Brasil enfrenta fechamento de indústrias e queda no emprego.

Audiência debate leilões do pré-sal

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) promovem audiência pública hoje, às 7h30, para ouvir a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard.

O debate foi solicitado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A audiência servirá para discutir a primeira rodada de leilões de campos de petróleo do pré-sal sob o regime de partilha.

Logo após a audiência, a CI reúne-se para votar a



Magda Chambriard, diretora da ANP, falará aos senadores da CAE e da CI

indicação de Waldyr Martins Barroso para o cargo de diretor da ANP. Ele é atualmente superintendente de Refino e Processamento de

Gás Natural da agência.

No relatório sobre a indicação, lido na última reunião da CI, José Pimentel (PT-CE) ressalta a ampla experiência profissional e acadêmica do indicado, como também o “elevado conceito no campo de especialidade do cargo”.

Waldyr Barroso será sabatinado antes da votação. Se aprovado pela comissão e, posteriormente, pelo Plenário, o nome dele completará o quadro da diretoria da ANP, que trabalha com pelo menos um cargo vago desde o final do ano passado.

Capiberibe aponta violência contra índios

O senador João Capiberibe (PSB-AP) lamentou ontem números que apontam o crescimento da violência contra os índios no Brasil. Os dados fazem parte de um relatório divulgado recentemente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento aponta um crescimento generalizado das diferentes formas de violência, desde homicídios até a falta de assistência em saúde e educação.

Segundo o senador, o



Capiberibe denuncia ofensiva do agronegócio contra direitos indígenas

número de índios assassinados no país passou de 51 para 60 entre 2011 e 2012. O maior crescimento foi registrado na

categoria “violência contra a pessoa”, um aumento de 237% em ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e outros tipos de violência.

— A maior parte dos casos de violência envolve disputas fundiárias. Há em curso uma ofensiva muito grande de setores ligados ao agronegócio contra os direitos indígenas, cujo objetivo é impedir a demarcação das terras que eles reivindicam — lamentou.

Senado começa a discutir Marco Civil da Internet

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) começa hoje a ouvir especialistas, governo e empresas a respeito do projeto que estabelece os direitos e deveres dos internautas, o chamado Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011).

Será a primeira audiência pública sobre o projeto, que ainda tramita na Câmara.

Pessoas de todo o país podem enviar, por meio do Portal e-Cidadania, perguntas e comentários para a audiência, que começa às 8h15. Também será possível a interação pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211).

Os dispositivos que tratam da neutralidade da rede, da privacidade do usuário e do armazenamento de dados do internauta sofrem oposição das empresas de telecomunicações e de tecnologia. Esses pontos, além da espionagem de dados de internautas brasileiros feita pelo governo americano, devem estar no debate da CCT.

Cidadania

O projeto de Marco Civil da Internet foi apresentado pelo governo em 2011. De acordo com o texto, o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania. São especificados os objetivos da lei, sendo os principais a universalização do acesso à internet e a promoção da inovação na área.

Entre os direitos assegurados aos internautas, o projeto menciona a inviolabilidade e o sigilo de suas comunicações (exceto em caso de ordem judicial), a não suspensão do acesso à internet (a não ser por falta de pagamento do serviço), a manutenção da qualidade contratada, a clareza e a transparência nos contratos e a proteção dos dados de acesso e uso da rede, que não poderão ser fornecidos a terceiros (exceto com

prévio consentimento do usuário).

Pontos polêmicos

Os pontos mais polêmicos são os que estabelecem deveres para as empresas que lidam com internet — provedores de acesso, operadoras de telefonia celular e sites em geral.

O princípio da neutralidade da rede obriga o tratamento isonômico de qualquer pacote de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço ou aplicativo, proibindo discriminar ou degradar o tráfego em decorrência disso.

Operadoras de celular alegam que esse ponto prejudica seu modelo de negócios. Muitas vendem pacotes de tráfego de dados que permitem o acesso somente a sites e serviços específicos, como

e-mail e redes sociais, bloqueando o acesso a páginas em geral.

As empresas de telecomunicação também se queixam das regras relativas à privacidade do usuário.

O projeto proíbe o armazenamento desses dados por parte dos provedores de acesso, mas, segundo essas companhias, não impede que grandes sites como Google e Facebook façam o mesmo.

O autor do requerimento para a realização dos debates é Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Foram convidados para a primeira audiência o relator do projeto na Câmara, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), e representantes de entidades como NIC.br, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Associação Brasileira de Internet (Abranet).

Projeto de lei que cria direitos e deveres na internet ainda está em análise na Câmara

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h15

▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/CCT1MarcoInternet>

▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)

▶ **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/notasMarcoInternet>

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211



Projeto diz que provedor não pode fornecer dados de internautas a terceiros